

REVISTA FAROL

FACULDADE ROLIM DE MOURA

ISSN Eletrônico: **2525-5908**

www.revistafarol.com.br

Por uma proposta de educação bilíngue para o sujeito surdo

Meire de Fatima Bressianini Fernandes

Por uma proposta de educação bilíngue para o sujeito surdo

Meire de Fatima Bressianini Fernandes¹

RESUMO: O presente artigo tece algumas considerações sobre a importância de uma proposta de educação bilíngue para alunos surdos. Apresenta um breve recorte sobre a educação do surdo iniciada de maneira formal no século XVI, modelos e tendências pedagógicas que foram se modificando ao longo do tempo, devido os novos paradigmas de educação. Na perspectiva da educação da pessoa surda, este trabalho ressalta a necessidade que a proposta pedagógica se comprometa com a elaboração de um projeto educacional considerando a cultura surda, a construção da identidade, o respeito e valorização a diferença linguística do sujeito surdo. Neste sentido, discute a relevância da Escola Inclusiva e Escola Bilíngue para a formação plena do Sujeito Surdo.

Palavras-chave: Educação do Sujeito Surdo; Educação Bilíngue; Educação Inclusiva x Escola Bilíngue.

By a bilingual education proposal for the deaf subject

ABSTRACT: This article presents some considerations about the importance of a Bilingual Education Proposal for deaf students. It presents a brief clipping on the deaf education, formally initiated in the sixteenth century. It also presents models and pedagogical trends that have been changing over time due to the new education's paradigms. This work highlights the need for the Pedagogical Proposal to commit itself to an educational project elaboration considering the Deaf Culture. Also considering the identity's construction, respect and appreciation of the linguistic difference of the Deaf Subject. In this sense, it discusses the relevance of the Inclusive School and Bilingual School for the full formation of the Deaf Subject.

Keywords: Deaf Subject's Education; Bilingual Education; Inclusive Education x Bilingual School.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória educacional da pessoa surda foi marcada por várias tendências pedagógicas, com acertos e fracassos na intenção de conceber práticas de ensino e aprendizagem que se adequassem às necessidades de comunicação e desenvolvimento da pessoa surda.

Na atualidade a educação de surdos versa pela compreensão que o ensino e aprendizagem devem acontecer em um ambiente bilíngue, onde seja garantida a língua natural do povo surdo, como primeira língua como meio de comunicação e instrução e a língua portuguesa na modalidade escrita com segunda língua.

No que diz respeito a uma proposta de educação bilíngue para alunos surdos, tema central deste trabalho, estudos e pesquisas compreendem com sendo esta a proposta mais viável

¹Docente da disciplina de Libras da Farol- Faculdade de Rolim de Moura. Graduada em Pedagogia, graduanda em Letras/Libras. Especialista em Gestão Escolar, Alfabetização, Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e Tradução e Interpretação da Libras.

para o desenvolvimento pleno do sujeito surdo. Nesta perspectiva, o aluno é compreendido em relação a diferença linguística, com língua e cultura própria. Segundo Quadros, “Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil.” (2000, p.54).

Para melhor discorre sobre a proposta deste trabalho, faz-se necessário a apresentação da questão que despertou o interesse a pesquisa e a construção dos objetivos norteadores do estudo. Neste sentido, o trabalho teve como principal indagação a seguinte questão: A prática pedagógica na perspectiva bilíngue possibilita um melhor desenvolvimento educacional para o discente surdo e a construção da sua identidade?

Com base no questionamento, foram construído os seguintes os objetivos: - Analisar as propostas pedagógicas para a educação do aluno surdo; - Identificar as abordagens teóricas para a sustentação do fazer pedagógico no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos; - Averiguar estratégias que permitam a aquisição e o desenvolvimento da língua brasileira de sinais como primeira língua na educação dos surdos; - Verificar as representações sociais sobre a surdez em uma proposta educacional baseada no bilinguismo.

O artigo esta organizado considerando três abordagens importantes: O processo histórico da educação do Sujeito Surdo: Modelos e Tendências Pedagógicas, o inicio do processo educacional da pessoa surdo num contexto geral e no Brasil; Educação Bilíngue: definição de educação bilíngue, legislações importantes para a efetivação do direito linguístico do povo surdo; e por fim, Escola Inclusiva x Escola Bilíngue: A Construção da Identidade Surda, qual seria a melhor proposta educacional para a formação do sujeito surdo, com vista na sua cultura, identidade surda e diferença linguística.

2 O processo histórico da educação do sujeito surdo: modelos e tendências pedagógicas

2.1 Um breve recorte da história da educação de surdo

Ao longo da história da educação da pessoa surda houve vários nomes, pessoas que se interessaram pela situação caótica que viviam estas pessoas, várias tendências e métodos de ensino foram adotados, com a intenção de treinar, capacitar, educa-las conforme os padrões sociais e econômicos da época. Nesta perspectiva, convém apresentado apenas alguns destes personagens, não por relevância histórica e/ou importância maior, mas pelo fato que a proposta neste momento é apenas apresentar um breve recorte da história da educação do sujeito surdo, e não realizar um trabalho detalhado sobre o assunto.

Retomando a discussão, nem sempre foi uma realidade a preocupação a educação para a população surda, conforme registros a necessidade de promover a educação dos surdos surge nos meados do século XVI, até este momento os surdos eram considerados seres incapazes, inúteis, excluídos, abandonados a própria sorte.

Neste período e adiante, surgem personagens importantes que se preocuparam com a vida miserável que vivia as pessoas surdas na busca pela sua dignidade humana^B. Entre estas, o médico-filosofo Girolamo Cardano, acreditava na possibilidade da aquisição da língua escrita pelo surdo, afirmando que o surdo poderia ser exposto a condição de “ouvir lendo e de falar escrevendo”.

Importante destacar ainda, a contribuição de Juan Pablo Bonet, ao escreve um livro no qual explicava como deveria acontecer o treino articulatório para que os surdos aprendessem a emissão dos sons. A preocupação de Bonet ao publicar um livro sobre este assunto justificase pelo fato que neste período a Lei só reconheciam os surdos como pessoas capazes de possuírem direitos legais, herdar títulos e a fortuna da família se pudessem falar. (SACKS, 2010).

Apesar dos esforços, a educação do surdo, principalmente os surdos “pré-linguista”² antes de 1750 era uma situação calamitosa, pois as suas condições biológicas às vezes os impediam de desenvolver a fala, sem condições de se comunicar com a própria famílias, eram isolados da sociedade, limitados a alguns sinais, mímicas e gestos rudimentares.

² Pessoas que nascem surdas ou adquiri a surdez antes da aquisição da língua ora.

O abade francês Charles Michel de L'Épée, ficou impressionado com um comentário feito por Sócrates a respeito da comunicação, no qual tem como exemplo a figura do surdo que mesmo sem voz se comunica. “Se não tivéssemos voz nem língua e ainda assim quiséssemos expressar coisas uns aos outros, não deveríamos, como aqueles que ora são mudos, esforçar-nos para transmitir o que desejamos dizer com as mãos, a cabeça e outras partes do corpo?” (SACKS, 2010)

Surpreendido com esta verdade, o abade de L'Épée inicia estudos e observações respectivos a forma de comunicação dos surdos, desenvolvendo um método de ensino com base na língua de sinais, porém sem menosprezar língua oral e a sua aprendizagem, até porque o contexto do época exigia.

Lima e Lima (2011) relatam que:

L'Épée deu relevo especial ao emprego de sinais manuais, estabelecendo uma *linguagem* convencional, como meio de instrução dos surdos. Reconheceu o surdo como ser humano, assumiu o método com educação coletiva. Pontuou que ensinar o surdo a falar antes de aprender a língua de sinais seria uma “perda de tempo”.

A contribuição do abade Charles Michel de L'Épée para a educação do sujeito surdo e o reconhecimento quanto pessoa permitiu que, durante pouco mais de um século fosse fundada instituições de ensino, houve uma grande propagação e uso da língua de sinais e a capacitação de professores surdos de diferente lugares, que voltavam a suas cidade e repassavam os seus conhecimentos aos demais surdos. O seu método de ensino com as mão repercutiu em toda a Europa e outros países.

No entanto, em 1880 acontece O Congresso Internacional de Educadores de Surdos em Milão, durante a o congresso foi realizado uma votação para escolha do método de ensino para o educando surdo, porém neste processo os professores surdos foram excluídos e tendência oralista acabou sendo reconhecida como o único método de ensino para o educando surdo. Neste ínterim, seus defensores tinham a “boa intenção” de aproximar a pessoa surda dos padrões de “normalidade”, uma vez que se acreditava que o fato do sujeito surdo saber falar contribuiria para a sua inserção social e atenderia aos interesses da sociedade da época, que de certa forma estaria eliminando um dos seus “problemas”.

Neste congresso, pessoas importantes com Alexander Grahn Bell, defenderam que a educação da pessoa surda deveria acontecer exclusivamente pelo método oral. Ironicamente, Grahn Bell convivia com a realidade da surdez em sua família (sua mãe e sua esposa era surdas) apesar de nunca ter admitido publicamente.

No oralismo, as metodologias de ensino eram organizadas com base na aprendizagem da fala, o “treinamento da oralização”. A pessoa surda era submissa às concepções educacionais e sociais dos ouvintes, eram treinadas a falar, mesmo quando não havia condição física para tal situação, precisavam ser enquadradas considerando “[...] um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narra-se como se fosse ouvinte.” (SKLIAR, 1998 apud CAPELO, 2009, p. 60)

Esta imposição, gerou grandes prejuízo para o desenvolvimento educacional do sujeito surdo, sendo obrigado a abandonar a sua própria Língua em nome de outra, que dificultava o seu processo de conceitualização do conhecimento sistematizado e até mesmo dos saberes cotidianos. Na concepção oralista, foi imposta a pessoa surda à condição de passividade, a mercê das vontades e interesses do ouvidismo.

Como o passar do tempo, pesquisadores e estudiosos constataram que o Oralismo contribuía para o fracasso escolar e caracterizava cada vez mais a situação de exclusão da pessoa surda. Com essa constatação, surgem outras tendências educacionais.

Na década de 60, estudos sobre a língua de sinais são retomados, há uma incredulidade e descontentamento evidente quanto a eficácia e benefícios educacionais do método oralista. Esta situação possibilita o surgimento de uma nova proposta pedagógica, A Comunicação Total.

A comunicação total, a partir da década de 70 passa a ser a forma mais eficaz para a educação da pessoa surda. Esta tendência pedagógica tinha com pressupostos a compreensão que aluno surdo precisa desenvolver a sua comunicação de forma mais social, possibilitando a interação com outros surdos, com seus familiares, professores e outros. Nesta proposta pedagógica, há uma mistura de estratégias, maneiras e metodologias, aproveita-se tudo, não há um ponto central, utiliza-se todos os recursos para a comunicação, língua de sinais, leitura labial, estimulação auditiva com uso de aparelhos, leitura e escrita. A língua oral e de sinais são mescladas, neste contexto a prioridade é a comunicação.

Apesar da proposta educacional da comunicação total ser contrária ao método oral, na sua constituição continuou utilizando elementos próprios à concepção oralista, com indícios mesmo que camuflados, há valorização da aprendizagem da fala, desconsiderando a aprendizagem prioritária da língua de sinais, língua natural dos surdos.

Neste sentido, Santana afirma que:

A comunicação total parece ser do tipo de “vale tudo”. Assim, não se questiona o papel da linguagem oral, tampouco o da língua de sinais nesse contexto. Criou-se uma língua “artificial” com o objetivo de ensinar a gramática da língua falada ao surdo, como se a língua fosse um processo individual, e não social (...) A ideia de que o que vale é comunicar acaba por prejudicar a aquisição de uma matriz de significado que possa ser a base para a aquisição da linguagem e para o desenvolvimento cognitivo. (SANTANA, 2007apud CARVALHO, 2010,p.29)

A comunicação total que a princípio parece ser a melhor proposta para educação do surdo, não é suficiente para atender as reais necessidades de comunicação e construção do conhecimento.

Desse modo, posterior a comunicação total, surge o Bimodalismo, que seria a utilização da língua oral e a língua de sinais ao mesmo tempo, porém o uso simultâneo das línguas, o que seria no Brasil um português sinalizado, comprometeria a compreensão e conceitualização do conhecimento por parte do aluno surdo, pois as duas línguas são constituídas de maneiras deferentes na sua estrutura e complexidade, sendo uma, um sistema linguístico de natureza oral-auditivo (língua oral) e a outra de natureza viso-espacial (língua de sinais). Segundo Carvalho (2010) “(...) o bimodalismo mantém a língua do ouvinte. A prática bimodal, mesmo com o discurso de respeito e valorização da diversidade, representa um sistema de facilitação para o ouvinte em comparação a demanda da língua de sinais”

Na atualidade, o sistema educacional compreende como melhor proposta pedagógica para a educação do aluno surdo, a implantação de um projeto de educação bilíngue³, que tem como ponto de partida a aquisição da Língua de Sinais, como primeira língua, que deve ser garantida desde da educação infantil e com segunda língua, a Língua oral na modalidade escrita. Nesta concepção, a Língua de Sinais não está subordinada à língua oral.

2.2 A história da educação de surdo no Brasil

No Brasil, a educação de surdos de maneira institucionalizada inicia-se com a chegada de um professor surdo francês Eduard Huet a convite de D. Pedro II. O educador traz consigo o método de ensino com as mãos, a língua de sinais francesa e muito desejo em promover a emancipação educacional e social da pessoa surda.

³ Este assunto será tratado mais especificamente na abordagem Educação bilíngue: Escola Inclusiva x Escola Bilíngue.

No ano de 1856, com a aprovação de D. Pedro é fundada a primeira escola para surdos no Brasil, inicialmente denominado de Collégio Nacional para Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. A língua de sinais foi difundida por todo o território brasileiro, pois alunos vinham de diferentes lugares, e ao término de sua formação retornavam as suas cidades e ensinavam a língua a outros surdos e familiares.

Por algum tempo o INES permaneceu sendo a única instituição de ensino para os educados surdos, sendo considerado até o presente momento referência nacional em educação de surdos.

Apesar de todos os avanços e conquista em relação à educação de surdo e valorização da língua de sinais, as decisões tomadas no fatídico Congresso de Milão também afetaram a educação no Brasil, como os demais países, as instituições de ensino foram obrigadas a organizar a sua proposta pedagógica considerando o oralismo como metodologia a seguir, e assim, abolir a língua de sinais do cenário educacional.

Neste momento, frustrante da história do surdo, as línguas de sinais “apesar das proibições e dos preconceitos de que tem sido alvo, elas resistiram heroicamente através dos tempos” (FERREIRA, 2010, p.16), os surdos não deixaram de se comunicar, a noite a luz de velas se reunião para conversar na sua própria língua. No Brasil, a educação do surdo passou pelo mesmo processo histórico dos demais países, com os mesmos modelos e tendências pedagógicas, do Oralismo ao Bilinguismo.

3 Educação Bilíngue

Na década de 80, linguistas brasileiros fundamentados em pesquisas realizadas por Stokoe (1960, apud FERREIRO, 2010) em relação à constatação do status linguísticos da língua de sinais americana como as demais línguas orais, inicia-se uma discussão sobre a importância e relevância da proposta pedagógica para a educação do aluno surdo ocorrer considerando um projeto de educação bilíngue.

Neste sentido, a educação bilíngue tem como princípio a aquisição e uso da língua de sinais como fundamento básico para a educação do aluno surdo, sendo reconhecida e valorizada como sua primeira língua, com estrutura e gramática própria, como meio legal de

comunicação e expressão de ideias e pensamentos, que comunica todo e qualquer assunto, e compreende o sujeito surdo como um ser social, valorizando sua cultura, construindo sua identidade e compreendendo sua diferença linguística. Neste ínterim, a língua oral na modalidade escrita é considerada com segunda língua de instrução e uso social.

Sendo assim:

A questão primordial e crucial da educação bilíngue é aquisição da língua natural e espontânea aplicada nas escolas. (...) o uso das duas línguas (bilíngues/bicultural) proporcionará, na educação de surdos, o desenvolvimento das competências linguísticas, de uma forma prazerosa, objetiva e adequada às duas línguas (...). (CAPELO, 2009, p.38)

A língua de sinais recorrente das comunidades surdas brasileira foi reconhecida a partir da Lei 10.436 de 2002, denominada de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. O Artigo 1º desta legislação afirma que “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.” (BRASIL, 2002)

Desde 2002, com a legalização da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS pela Lei 10.436/02, a Libras passa a ser a língua oficial da comunidade surda brasileira e com o Decreto 5626 de 2005 são regulamentadas as diretrizes e princípios de funcionamento da Libras e inclusão da pessoa surda não apenas no âmbito educacional, mais em vários seguimentos da sociedades.

Como a Lei da Libras sancionada e regulamentada, movimentos em defesa de uma educação bilíngue se fortaleceram, estudiosos argumentam que a “educação bilíngue é necessária para que a criança possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico paralelo ao verifica na criança ouvinte” (CAMPELLO,2011,p.33) A aprendizagem da Língua de Sinais deve ser iniciada logo seja descoberta a surdez. Segundo Sacks (2010, p. 38) “A língua deve ser introduzida e adquirida o mais cedo possível, senão o desenvolvimento pode ser permanentemente retardado e prejudicado (...)”.

Sacks (2010, p. 38) afirma que:

As crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com pessoas fluentes na língua de sinais, sejam seus pais, professores ou outros. Assim que a comunicação por sinais for aprendida, ela pode ser fluente aos três anos de idade, tudo então decorrer: livre intercuro de pensamento, livre fluxo de informação, aprendizado da leitura e escrita e. talvez, da fala.

Estudos na área da surdez asseguram que é vital para o desenvolvimento linguístico, e construção da identidade, que a pessoa surda passe a vivenciar situações de uso social da Língua de Sinais logo a constatação da surdez. Mas quando isso não acontece, por falta de conhecimento da família ou mesmo negação a surdez, quando esta criança chega a escola como lidar com esta situação? Qual a proposta mais viável para o aluno surdo, educação inclusiva ou escola bilíngue?

4 Educação inclusiva x escola bilíngue: a construção da identidade surda

Considerando o exposto na Declaração de Salamanca de 1994, o papel da escola e de esses profissionais no contexto da inclusão, é o de aceitar a todos e viabilizar propostas pedagógicas que contemplem as reais necessidades educacionais de cada educando sem exceções, nas suas especificidades, garantindo o seu acesso e permanência na escola com sucesso.

Neste sentido, para o educando surdo o currículo escolar deveria garantir situações de aprendizagem e uso da língua de sinais de maneira natural e dinâmica. Nesta perspectiva, ao recebe o aluno surdo o ambiente escolar deve ser rico em possibilidades de aprendizagem igualmente acontece ao aluno ouvinte, todas as informações, eventos, realizações da escola deve contemplar igualmente o aluno surdo, a escola representada pelo seus profissionais devem adquirir uma postura bilíngues.

Bem, esta deveria ser a realidade da educação inclusiva para o aluno surdo, porém na prática a situação tem sido diferente, muitas vezes os alunos apenas estão na escola, não é valorizado e respeitado sua cultura, diferença linguística e identidade, ficando a mercê do “Colonialismo Ouvidista”.

Devido a esta situação, há uma emergente busca pela manutenção e implantação de escolas bilíngues, espaços ricos de cultura, relacionamentos, propícios a construção da identidade e valorização da diferença linguística.

REIS (2013, P. 27) afirma que:

“a escola bilíngue exerce um papel fundamental, o de proporcionar uma interação entre a língua de sinais, e a pessoa surda compreender as diferentes formas de se

comunicar na língua de sinais nas diversas situações sociais do dia a dia. E, a língua portuguesa, será a língua em que a crianças surdas poderão se comunicar de forma escrita e ter acesso a todos os materiais escritos que estão presentes na sociedade.

Na Conferência Nacional de Educação – CONAE/2009, a comunidade surda de São Paulo reivindica entre outros direitos e necessidades que a educação dos surdos aconteça em escolas para surdos ou escolas bilíngues, que seja garantido o atendimento educacional desde o nascimento, para que a aquisição da língua de sinais aconteça de maneira natural.

Neste sentido, a filosofia da escola bilíngue é que o surdo se reconheça quanto surdo, construa a sua identidade a partir da aprendizagem da sua própria língua e na relação com outros surdos, sinta-se membro da sua comunidade e não apenas agregado a comunidade ouvinte, entretanto, por mais que o surdo seja oralizado, e a família ou o próprio surdo negue a sua surdez, a sua genes sempre será de pessoa surda.

Outra questão, que apresenta a escola bilíngue como a mais viável para a escolarização do aluno surdo, refere-se à forma pela qual acontece a sua aprendizagem. Trata-se de um processo de experiência visual, o contexto educacional, o currículo deve permitir ao aluno surdo esta experiência, esta situação deve acontecer de forma natural e ao mesmo tempo sistematizada, mediada. Neste sentido, Reis (2013, p. 54) ressalta que:

Todas as crianças surdas, precisam ter suas situações de construção de sujeito cultural, condições de contato natural, tempo de escolarização, de brincadeiras com outras crianças surdas que ajudam a desenvolver sua língua, que possa ser valorizada e rica com a experiência visual.

Infelizmente, o sistema educacional, de um modo geral, ainda não se compromete com a educação inclusiva, seria maravilhoso se na escola regular acontecesse como no filme “Sou Surda e não sabia”, no qual apresenta uma escola inclusiva e bilíngue, onde alunos ouvintes e surdos convivem naturalmente na sala de aula, no pátio, nas brincadeiras, se comunicam através da língua de sinais, ou conforme algumas realidades isoladas no Brasil.

No entanto, o que é visto são escola que continuam garantindo propostas de ensino para o público ouvinte, sem a preocupação com a situação caótica que ainda a pessoa surda enfrenta na sala de aula. Esta afirmação, não se refere ao uma mera suposição, ao contrário, devido à necessidade de produção deste trabalho e necessidade em observar como esta acontecendo a inclusão da pessoa surda na cidade de Rolim de Moura-RO. Surgindo assim, a oportunidade de conhecer algumas salas de aula comum com alunos surdos incluídos, porém apenas a aluna N foi acompanhada por alguns dias.

Nesta sala de aula de uma escola estadual, a aluna surda não conta com a presença do profissional interprete de Libras, que no caso do sujeito surdo é o recurso humano que irá lhe proporcionar conforto linguístico, a sensação que se tem é que a aluna N esta perdida naquele ambiente que infelizmente não foi pensado para ela.

Durante o processo de pesquisa nesta sala de aula, a situação de invisibilidade da aluna era algo angustiante, devido a proposta da pesquisa que somente caberia ao pesquisadora a observação, sem interferência no curso natural das aulas, não foi possível auxiliar ou mostrar mesmo que de forma sutil para os professores que ali existia mais uma aluna, que mesmo não sabendo se comunicar com ela por meio da sua língua, poderiam planeja aulas com recursos visuais para possibilitar o mínimo de compreensão em relação ao conteúdo ministrado.

No entanto, uma situação chama à atenção, na aula de geografia a professora explicava como muito entusiasmo para os alunos como deveriam proceder na atividade, porém como de se esperar durante esta explicação não lembrou-se que na sua sala de aula existia uma especificidade, e depois de algum tempo voltou-se para a aluna surda e perguntou:

- Você entendeu? A aluna sorriu, sem saber o que responder, ou melhor, nem sabia o que a professora lhe havia perguntado.

Enfim, esta não é uma situação isolada, a situação de inclusão do aluno surdo é muito preocupante, nas escolas nos seu Projeto Politico Pedagógico - PPP não existem propostas didático-pedagógicas que contemplem um currículo com práticas culturais e linguísticas próprias para o povo surdo. As propostas de educação inclusiva ainda têm uma longa caminhada, devido às barreiras atitudinais apresentadas neste percurso.

Deste modo, ainda é uma necessidade que as escolas bilíngues continuem existido e se multipliquem, para que possa ser assegurada aos alunos surdos uma educação de qualidade, para que os surdos possam se reconhecer e construir a sua identidade como sujeito surdo, ter o contato com seus semelhantes linguísticos no processo de aquisição da sua língua e do conhecimento, algo que implica a sua formação plena.

Considerações finais

Considerando a trajetória educacional da pessoa surda, conclui-se que estes educados sempre estiveram a mercê de propostas pedagógicas baseadas numa concepção ouvidista, sem considerar um currículo escolar adaptado as necessidades de aprendizagem do aluno surdo na perspectiva de experiência visual.

Neste sentido, com a elaboração deste trabalho, constatou-se a importância da implantação de um projeto de educação bilíngue, situação vital para a formação plena do sujeito surdo.

Com a sanção da Lei 10.436/02 e regulamentação pelo Decreto 5626/05, a situação educacional e social da pessoa surda tomou uma nova proporção, efetivando o Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como meio legal de comunicação das comunidades surdas do Brasil, foi assegurado que as propostas educacionais para alunos surdos devam contemplar práticas pedagógicas bilíngues, considerando a cultura surda, promovendo construção da identidade e o respeito e valorização da diferença linguística.

Porém, devido o sistema educacional ainda não se comprometer de fato com a situação da inclusão no Brasil, há necessidade da existência de escolas próprias para surdos, a própria comunidades surdas por meio de suas representações como associações, federações e outras, buscam garantir a manutenção e implantação de novas escolas bilíngue.

Finalizando, para que a educação do sujeito surdo aconteça de fato, é fundamental que haja uma mudança atitudinal por parte de todos os envolvidos neste processo, é necessário romper com o paradigma de educação fundamentada “Colonialismo Ouvidista”, modelo de educação fadado ao fracasso e exclusão da pessoa surda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de 2002**. Dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Disponível em:

<site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 10 de jul. 2014.

_____. **Presidência da República. Decreto nº 5.626, de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de dezembro de 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em 10 de març. 2013.

CAPELLO, Ana Regina e Souza. **Deficiência Auditiva e Libras**. Centro Universitário Leonardo da Vinci - Grupo Uniasselvi. Santa Catarina. 2011.

FERNANDES, Eulalia. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

_____. E. (Org). **Surdez e Bilingüismo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

LIMA, Márcia Dias; LIMA, Marisa Dias. **Percursos Históricos da Educação dos Surdos no Mundo e no Brasil: modelos educacionais**. Universidade Federal de Uberlândia, vinculada ao núcleo de Libras e Educação Especial, e pesquisadora do GPELEDT - Grupo de Pesquisas e Estudos da Linguagem, Libras, Educação Especial e a Distância e Tecnologias. Uberlândia.

QUADROS, Ronice Muller . de. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais**. Textura, Canoas, 2000.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: Uma viagem ao Mundo dos Surdos**. São Paulo: Editora Companhia de Letras, 2010.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Recebido para publicação em junho de 2017

Aprovado para publicação em junho de 2017